

CONTABILIDADE

01- O procedimento de segregar o patrimônio da empresa avaliada do patrimônio de seus sócios está fundamentado no conceito da

- a) entidade
- b) identidade
- c) prudência
- d) materialidade
- e) relatividade

02- Em economias nas quais a flutuação de preços ocorra de forma constante, o critério de apuração de estoques que resultará em valores de estoque final mais próximos dos preços praticados no mercado é:

- a) Último que entra primeiro que sai
- b) Média ponderada móvel
- c) Média ponderada fixa
- d) Primeiro que entra último que sai
- e) Primeiro que entra primeiro que sai

03- Os juros e demais encargos financeiros decorrentes de financiamentos para a construção de bens imobilizados são:

- a) Registrados em conta destacada, que evidencie sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo que lhe deu origem
- b) Levados ao resultado do exercício no período em que forem pagos ou provisionados de acordo com a competência de exercício
- c) Inscritos em uma conta do Diferido e levados ao resultado do exercício de acordo com a taxa de retorno esperada
- d) Computados como despesas financeiras no período em que ocorrer o seu efetivo pagamento
- e) Computados em conta específica do grupo Resultado de Exercícios Futuros e apropriados ao resultado em até 5 anos

04- Comparando-se o conceito do Ativo Permanente Diferido com o das Despesas Antecipadas, pode-se dizer que

- a) O Diferido é formado por despesas já incorridas e não pagas que afetam exclusivamente o Passivo Circulante

b) As Despesas Antecipadas são formadas por despesas incorridas e não pagas que afetam o Passivo Circulante e o Exigível de Longo Prazo

c) As Despesas Antecipadas registram despesas pagas e não incorridas e o Diferido é formado por despesas já incorridas

d) As Despesas Antecipadas alteram o Resultado Não-Operacional e o Diferido o Resultado Operacional

e) O Diferido afeta os resultados do exercício através de amortizações baseadas em estimativas e as Despesas Antecipadas quando são pagas

05- Quando uma companhia aberta opta por reverter as reavaliações anteriormente registradas retornando ao critério do custo corrigido, este procedimento deve ser:

- a) Autorizado pelas empresas do conglomerado
- b) Aprovado pela Assembléia Geral de acionistas
- c) Registrado apenas pelas empresas controladoras
- d) Inscrito como Resultado de Exercícios Futuros
- e) Recomendado como obrigatório para as suas coligadas

06- Assinale a opção correta.

a) A Reavaliação dos Ativos tem como base técnica a atualização monetária do custo histórico.

b) Apenas nas companhias abertas é que o processo de Reavaliação pode ser feito em todos os elementos do ativo.

c) No Brasil o processo de Reavaliação dos Ativos é obrigatório para todos os tipos de sociedades, incidindo sobre todos os Ativos Permanentes.

d) No processo de Reavaliação dos Ativos, o laudo de avaliação deve conter, entre outros elementos, a vida útil remanescente do bem avaliado.

e) Se a Participação Societária for relevante, torna-se facultativo à investidora reconhecer os efeitos da Reavaliação efetuada pela investida.

07- Na avaliação dos Ativos a valores de saída, os conceitos utilizados são:

- a) custo líquido de realização e custo histórico corrigido
- b) custo de reposição e valor do custo histórico corrigido
- c) valor corrente corrigido e valor de reavaliação
- d) valor de reposição e fluxo de caixa descontado
- e) valor de realização e fluxo de caixa descontado

08- Na elaboração do fluxo financeiro de uma empresa, as despesas provisionadas constantes da demonstração de resultado:

- a) Afetam o fluxo de caixa quando registradas no passivo de longo prazo e no permanente
- b) Representam origens de recursos quando registradas fora dos resultados de exercício
- c) São consideradas como aplicações de recursos se registradas no Imobilizado e Diferido
- d) Não interferem na composição do fluxo de caixa por não representarem desembolsos
- e) Representam aumento dos investimentos não operacionais afetando diretamente o Fluxo dos Caixas

AUDITORIA

09- A NBC-P-1 Normas Profissionais de Auditor Independente prevê algumas hipóteses de conflito de interesses que, se ocorrerem no período a que se refere a auditoria ou durante a execução dos serviços, em relação à entidade auditada, o auditor deve recusar o trabalho de auditoria independente de demonstrações contábeis. Assinale a opção que não é prevista na citada norma.

- a) Participação direta ou indireta como acionista ou sócio.
- b) Fixados honorários incompatíveis com a natureza do trabalho contratado.
- c) Vínculo de parentesco consanguíneo em linha reta, sem limites de grau.
- d) Relação de trabalho como empregado nos cinco últimos anos.
- e) Função incompatível com a atividade de auditoria independente.

10- O documento emitido pelos administradores da entidade auditada e endereçado ao auditor independente, confirmando as informações e dados fornecidos ao auditor, as bases de preparação, apresentação e divulgação das demonstrações contábeis submetidas à auditoria, denomina-se:

- a) Confirmação de Partes Relacionadas
- b) Circularização de Partes Relacionadas
- c) Carta de Responsabilidade da Administração
- d) Carta de Proposta de Auditoria
- e) Carta de Resposta da Administração

11- De acordo com a Instrução CVM nº 308/99, a rotatividade na prestação de serviços de auditoria de demonstrações contábeis para a mesma entidade realizada por auditor independente deve ocorrer, no máximo, a cada:

- a) três anos consecutivos, com intervalo mínimo de cinco anos para a sua recontração
- b) cinco anos consecutivos, com intervalo mínimo de dois anos para a sua recontração
- c) três anos consecutivos, com intervalo mínimo de três anos para a sua recontração
- d) quatro anos consecutivos, com intervalo mínimo de dois anos para a sua recontração
- e) cinco anos consecutivos, com intervalo mínimo de três anos para a sua recontração

12- Nos trabalhos de Revisão Especial das Informações Trimestrais (ITR) das Companhias Abertas, o auditor independente não realizou procedimentos de confirmação junto aos consultores legais, mas somente indagou aos administradores da companhia quanto à existência de litígios que poderiam representar ativos ou passivos contingentes. Assinale a opção correta, de acordo com as normas do Instituto Brasileiro de Contadores - Ibracon.

- a) As confirmações de consultores legais devem ser obtidas na forma “positiva”, a cada revisão trimestral das ITRs, conforme previsto nas normas do Ibracon.
- b) A obtenção de confirmações de consultores legais deve ser obtida a cada revisão trimestral das ITRs, de acordo com expressa previsão das normas do Ibracon.
- c) A obtenção de confirmações de consultores legais não está contemplada nas normas do Ibracon como procedimento básico de auditoria por ser adotado na revisão das ITRs.
- d) As confirmações de consultores legais devem ser obtidas na forma “negativa”, a cada revisão trimestral das ITRs, conforme previsto nas normas do Ibracon.
- e) O relatório do auditor independente sobre a revisão especial das ITRs, nesse caso, deve ser emitido com ressalva de limitação na extensão dos trabalhos.

13- As verificações da existência de limites de autoridades e responsabilidades definidos, de segregação de funções, de limites de acesso físico a ativos e registros contábeis, são alguns procedimentos aplicados pelo auditor independente de demonstrações contábeis com a finalidade principal de

- a) avaliar o ambiente de controle
- b) determinar o risco de detecção
- c) elaborar relatório de recomendações
- d) emitir relatório de revisão das ITRs
- e) identificar partes relacionadas

14- Assinale a opção falsa.

- a) O auditor poderá expressar opinião sobre demonstrações contábeis apresentadas de forma condensada, desde que tenha emitido opinião sobre as demonstrações contábeis originais.
- b) Sempre que o nome do auditor estiver associado com demonstrações contábeis que ele não auditou, estas devem ser claramente identificadas como “não auditadas”, em cada folha do conjunto.
- c) O auditor independente deve incluir no seu parecer informações consideradas relevantes para adequada interpretação das demonstrações contábeis, ainda que já divulgadas pela entidade.
- d) Se outro auditor independente emitir parecer sobre as demonstrações contábeis de controlada relevante, o auditor independente da controladora deve destacar esse fato no seu parecer.
- e) A abstenção de opinião em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto elimina a responsabilidade do auditor de mencionar, no parecer, qualquer desvio relevante constatado.

15- Um auditor foi contratado para opinar somente sobre o balanço patrimonial e não sobre as demais demonstrações contábeis. A entidade auditada não impôs nenhuma restrição de acesso às informações, registros e dados contábeis. Todos os procedimentos de auditoria necessários nas circunstâncias foram possíveis. Nesta situação,

- a) caracteriza-se uma limitação na extensão dos trabalhos
- b) configura-se somente um trabalho de auditoria de objetivo limitado
- c) o auditor deve recusar o trabalho, seguindo o Código de Ética do Contabilista
- d) o auditor pode aceitar o trabalho, desde que emita parecer com ressalva
- e) o relatório do auditor será emitido na denominada “forma longa”

DIREITO SOCIETÁRIO E ESTRUTURA DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

- 16- A companhia é tipo de contrato que, diversamente de outros, tem como principal característica
- a) a possibilidade de alteração das bases do negócio por maioria de interessados
 - b) a corresponsabilidade das prestações pecuniárias dos membros
 - c) a personificação
 - d) ser *intuitu personae*
 - e) a estrutura complexa
- 17- A administração das companhias e sociedades limitadas se confunde por:
- a) adotarem a forma dual de administração
 - b) comportarem a delegação estatutária e contratual na forma auto-organicista de administração
 - c) comportarem delegação estatutária e contratual na forma hetero-organicista de administração
 - d) caber aos administradores o exercício de poderes originários
 - e) terem os sócios o monopólio da administração
- 18- Nas companhias abertas, os administradores devem, prioritariamente,
- a) administrar a empresa visando aumento dos lucros para distribuição ou capitalização
 - b) evitar danos ambientais mesmo em detrimento dos resultados
 - c) reduzir o capital exuberante mediante o cancelamento das ações que confirmam aos titulares maiores participações nos resultados
 - d) garantir e aumentar a oferta de empregos no local em que esteja a sede social
 - e) manter em funcionamento unidades industriais em áreas urbanas
- 19- A função das opções de compra de ações é:
- a) facilitar a emissão de novas ações
 - b) dar liquidez às ações em circulação pelo aumento da oferta
 - c) premiar investidores
 - d) estimular empregados a agir em benefício da sociedade
 - e) justificar a criação de sociedades de capital autorizado
- 20- A redução das hipóteses de exercício do direito de recesso reflete o reconhecimento de
- a) que a maioria detém o poder nas companhias
 - b) que o interesse social se confunde com o da maioria
 - c) que a maioria oprime a minoria de forma absoluta
 - d) alteração da estrutura da organização societária
 - e) que o recesso é opção de política legislativa
- 21- Embora o direito brasileiro, em princípio, não admita contratos de uma só pessoa, a subsidiária integral, sociedade unipessoal, foi introduzida no sistema societário para
- a) dispensar a realização de assembleias gerais, pois só há um acionista
 - b) facilitar a separação patrimonial criando diferentes centros de imputação
 - c) dar mais agilidade à administração de diferentes patrimônios
 - d) criar patrimônios autônomos e independentes
 - e) seguir a tendência mundial
- 22- O direito de recesso, forma de declaração unilateral de vontade, é concebido para
- a) definir forma de manifestação especial dos acionistas titulares de ações ordinárias
 - b) tutelar as minorias descontentes com o resultado das decisões assembleares
 - c) facilitar a tomada de deliberações societárias por maioria
 - d) facilitar a circulação de ações

<p>e) promover a rescisão unilateral do vínculo associativo</p>	<p>c) poder absoluto de exercício do direito d) exercício sem poder de disposição do direito e) poder de disposição do direito sem seu exercício</p>
<p>23- A qualificação jurídica de valor mobiliário, no plano dos documentos, os considera como:</p> <p>a) abstratos e representativos de direitos b) atípicos e causais c) indicativos da titularidade de segundo grau sobre os bens sociais d) cambiariformes quanto ao sistema de circulação e) representativos de participação em risco</p>	<p>27- A publicação de balanços auditados que recai sobre as companhias abertas contribui para:</p> <p>a) criar instrumentos decisórios no que concerne a investimentos sociais b) transmitir, de forma numérica, o processo administrativo c) permitir questionar a ação administrativa em curso d) reduzir a assimetria informacional e avaliar a ação administrativa e) impulsionar setores da economia pela comparação entre resultados de companhias que operam no mesmo mercado</p>
<p>24- A relação entre risco e retorno aplicada às ações emitidas por companhias em que o estatuto preveja a divisão do lucro igualmente entre ações ordinárias e preferenciais faz com que o(a)</p> <p>a) risco das ordinárias seja superior ao das preferenciais b) risco de ambas seja idêntico c) risco das preferenciais seja maior do que o das ordinárias d) relação entre lucro e dividendos seja indiferente para qualquer acionista e) relação seja não relevante na decisão de investir</p>	<p>28- As corretoras e distribuidoras de valores mobiliários, ao agirem no mercado,</p> <p>a) representam interesses de clientes e por isso não têm responsabilidade pela liquidação da operação b) representam carteiras próprias e por isso respondem pela liquidação da operação c) devem explicar aos demais operadores por que vendem ou compram determinados valores mobiliários d) devem comunicar à Bolsa, ao Banco Central e ao mercado, em nome de quem operam para elidir responsabilidades e) funcionam como comissários mercantis, respondendo pelas declarações que fizerem</p>
<p>25- O processo de globalização da economia provoca o seguinte fenômeno:</p> <p>a) reduz a volatilidade do preço dos valores mobiliários negociados nas Bolsas b) as demonstrações financeiras tendem a se uniformizar c) a multiplicidade de bolsas nos diferentes países é a regra d) reduz a correlação entre resultados com operações nas bolsas de New York e São Paulo e) a concentração de negócios com poucas ações diminui</p>	<p>29- Compete à Comissão de Valores Mobiliários fiscalizar a emissão de</p> <p>a) todos e quaisquer títulos emitidos por companhias abertas para negociação no mercado de balcão b) todos e quaisquer títulos emitidos por companhias abertas para negociação no mercado c) títulos admitidos à negociação nos mercados de bolsa ou balcão d) títulos emitidos por sociedades ligadas ao Sistema Financeiro Nacional</p>
<p>26- Legitimação e titularidade são conceitos que indicam posição jurídica em que há</p> <p>a) exercício e poder de disposição do direito b) poder absoluto de disposição do direito</p>	

e) ações e debêntures emitidas por companhias

30- As operações contratadas em bolsa de valores facilitam a(o)

- a) transferência de riscos
- b) fungibilidade de sócios
- c) contratação a termo
- d) cancelamento da execução de operações contratadas
- e) captação de recursos nos mercados a termo

31- A emissão de valores mobiliários em oferta pública deve ser aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários a quem cabe analisar a

- a) necessidade dos recursos visados pela companhia emitente
- b) posterior aplicação dos recursos nos projetos submetidos àquela Comissão
- c) veracidade das informações prestadas ao mercado
- d) forma pela qual as informações são absorvidas pelo mercado
- e) capacidade dos administradores responsáveis pela emissão

32- Denomina-se operação no mercado primário

- a) aquela que reflete a cessão de ações entre acionistas da mesma companhia para seu fechamento.
- b) a emissão de ações em virtude de aumento de capital.
- c) a negociação de opções de compra de ações das companhias de capital autorizado entregues a seus empregados como prêmio.
- d) a emissão de ações para aumento de capital por incorporação de lucros.
- e) a cessão de debêntures entre instituições financeiras.

33- A presença de especuladores nos mercados de Bolsa

- a) deve ser coibida como maléfica
- b) resulta de lacuna legal e não pode ser evitada
- c) é inibida pelas normas que impõem o dever de informar
- d) é importante por gerar liquidez nos mercados
- e) é objeto de regras desenhadas pelas Bolsas no exercício de seu poder regulamentar

34- O mercado primário de valores mobiliários destina-se a

- a) facilitar a captação de recursos para o funcionamento da sociedade
- b) facilitar a formação de preço das ações
- c) garantir a liquidez de valores mobiliários
- d) facilitar a concentração de posições acionárias
- e) facilitar a avaliação da gestão administrativa

35- A exigência de divulgação de informações para o mercado é

- a) resultado da influência do sistema norte-americano
- b) exigência de investidores
- c) fundamental para a eficiência dos mercados
- d) prática administrativa que foi recepcionada pelo legislador
- e) forma de limitar a responsabilidade de administradores e controladores

DIREITO:

CONSTITUCIONAL

36- Assinale a opção correta.

- a) A Constituição estabelece que apenas as pessoas jurídicas de direito público assumem, perante terceiros, responsabilidade objetiva pelos danos que lhes causarem.
- b) Os danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público, quando não estejam atuando nessa qualidade, não induzem a responsabilidade civil do Estado.

- c) Os danos ressarcidos pelo Estado, por conta da sua responsabilidade civil, somente podem ser cobrados do agente que os causou quando este houver se comportado dolosamente.
- d) Somente o dano causado ao particular por ato ilícito de agente da Administração Pública pode gerar a responsabilidade civil do Estado.
- e) A Administração Pública responde civilmente por danos causados a terceiros por atos comissivos seus – não respondendo, entretanto, pelos prejuízos ligados a omissões da própria Administração.

37- Uma autoridade proibiu que João ingressasse em certa repartição pública, onde João pretendia tratar de assunto do seu interesse. De que garantia constitucional pode-se valer João para desafiá-la em juízo a ordem que lhe parece injusta?

- a) Mandado de segurança
- b) Mandado de injunção
- c) *Habeas data*
- d) *Habeas corpus*
- e) Ação popular

Nas questões 38 a 41, assinale a opção correta.

- 38- a) O direito de reunião somente pode ser exercido depois de obtida autorização da autoridade administrativa competente.
- b) Em caso nenhum a polícia pode entrar na casa de alguém sem o seu consentimento ou sem mandado judicial.
- c) Tanto no processo penal, como também no processo cível ou administrativo são inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) A expressão pública de opiniões sobre outras pessoas, mesmo que ofensiva e degradante, nunca constitui ato ilícito, uma vez que a Constituição proíbe a censura.
- e) Somente o juiz e o membro do Ministério Público têm competência para decretar a prisão de indivíduos, que tenha por finalidade assegurar o andamento do processo penal.

- 39- a) Emenda à Constituição é o instrumento normativo apto para livremente modificar qualquer norma da Constituição Federal.
- b) Cláusulas pétreas são normas constantes da Constituição que somente podem ser alteradas por 3/5 dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação em cada qual.
- c) As leis complementares são votadas pelo Congresso Nacional com os mesmos requisitos formais exigidos para a elaboração de uma Emenda à Constituição.
- d) Medidas provisórias podem ser editadas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, por expressa delegação do Presidente da República, para tratamento de assunto afeto à competência do Judiciário.
- e) O Congresso Nacional tem competência para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

- 40- a) O Senado é composto por representantes dos Estados-membros e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional.
- b) Todas as deliberações do Congresso Nacional submetem-se à sanção ou ao veto do Presidente da República.
- c) O Presidente da República pode vetar a Emenda à Constituição que lhe parecer não ter cumprido requisitos de forma obrigatórios.
- d) O Tribunal de Contas da União tem competência para anular todo contrato que lhe pareça lesivo ao interesse público, em decisão insusceptível de revisão judiciária.
- e) Cabe ao Congresso Nacional, e não ao Tribunal de Contas da União, julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.

- 41- a) O Estado-membro pode instituir imposto sobre o patrimônio da União localizado no seu território.
- b) Os templos de qualquer culto estão imunes a toda espécie de impostos e de taxas.
- c) O patrimônio, a renda e os serviços dos partidos políticos estão sujeitos a todo imposto de caráter geral.
- d) Certos impostos admitem que suas alíquotas sejam majoradas por ato do Poder Executivo.

- e) Por meio de lei ordinária, a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir outros tributos não previstos na Constituição Federal, desde que não sejam cumulativos.

- e) autoridade competente ou dirigente de órgãos e entidades da Administração Pública, de suas subsidiárias, sociedades controladas e concessionárias de serviços públicos.

44- O mesmo ato, que demite um servidor público, pode ser expedido pela autoridade administrativa competente, com manifestação simultânea, predominantemente, dos seus poderes

- a) discricionário, regulamentar e disciplinar
- b) vinculado, discricionário e de polícia
- c) discricionário, regulamentar e de polícia
- d) vinculado, hierárquico e disciplinar
- e) hierárquico, regulamentar e disciplinar

ADMINISTRATIVO

42- A Administração Pública, a que o legislador constituinte de 1988 dedicou todo um Capítulo, ao tratar da organização do Estado, para submetê-la à observância necessária dos princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade

- a) restringe-se ao Poder Executivo Federal.
- b) restringe-se aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário Federais.
- c) restringe-se aos Poderes Executivos Federal, Estaduais e Municipais.
- d) abrange órgãos e entidades dos Três Poderes da União, dos Estados e dos Municípios.
- e) abrange órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, com suas subsidiárias, sociedades controladas e concessionárias dos seus serviços públicos.

43- O ato administrativo, em sentido próprio, que goza da presunção de legalidade e tem o atributo da auto-executoriedade, é aquele praticado por

- a) autoridade dirigente de órgãos e entidades da Administração Pública.
- b) autoridade competente de órgão público.
- c) qualquer autoridade da Administração Direta ou Indireta.
- d) qualquer agente da Administração Direta ou Indireta.

45- A diferença fundamental existente entre órgãos públicos e entidades da Administração Indireta Federal gira em torno de terem ou não

- a) autonomia administrativa
- b) personalidade jurídica
- c) poder de polícia
- d) sujeição ao controle externo
- e) sujeição ao princípio da legalidade

46- A Administração Pública deve anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque tais atos só podem ser anulados mediante decisão judicial.
- c) Incorreta a assertiva, porque a anulação e a revogação não precisam respeitar direitos adquiridos.
- d) Incorreta a assertiva, porque a anulação depende dos motivos de conveniência e oportunidade.
- e) Incorreta a assertiva, porque o vício de legalidade é que justifica a revogação do ato.

47- A proibição constitucional de acumular cargos, empregos e funções no setor público é compreendida como

- a) restrita ao âmbito da Administração Direta.
- b) restrita ao âmbito da União ou de cada um dos Estados.
- c) não alcançando os inativos nem os militares.
- d) abrangente de toda Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios, com suas subsidiárias, sociedades controladas e concessionárias de serviço público.
- e) abrangente de toda Administração Pública Direta e Indireta dos Três Poderes e nas diversas esferas de governo (federal, estaduais e municipais).

48- O controle externo da Administração Pública, como tal previsto na Constituição Federal, no que concerne às funções institucionais do Tribunal de Contas da União,

- a) não alcança os atos de admissão de pessoal do Poder Legislativo.
- b) não alcança os atos de admissão de pessoal nem o exame das tomadas de contas do Poder Legislativo.
- c) não alcança os atos de admissão de pessoal da Administração Pública Indireta.
- d) alcança os atos de aposentadoria e demissão do pessoal da Administração Pública Indireta.
- e) alcança os atos de admissão de pessoal da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

49- Sob a alegação de que não conhece a lei,

- a) os analfabetos estão isentos de cumpri-la.
- b) os deficientes físicos estão isentos de cumpri-la.
- c) qualquer pessoa pode escusar-se de cumpri-la.

d) ninguém pode escusar-se de cumpri-la.

e) quem provar o desconhecimento pode escusar-se de cumpri-la.

50- As pessoas jurídicas de direito público são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes e/ou representantes que nessa qualidade causem danos a terceiros, procedendo de modo contrário ao direito ou faltando a dever prescrito por lei, ressalvado o direito regressivo contra o respectivo responsável, se agiu com dolo ou culpa.

a) Correta a assertiva.

b) Incorreta a assertiva, porque só haverá responsabilidade civil se for comprovada culpa do agente e/ou representante.

c) Incorreta a assertiva, porque em tais casos não cabe o direito de regresso contra o responsável, mesmo no caso de dolo ou culpa.

d) Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade civil da pessoa jurídica independe da circunstância de ter o seu agente ou responsável agido nessa condição.

e) Incorreta a assertiva, porque as pessoas jurídicas de direito público não respondem civilmente pelos danos causados a terceiros por seus agentes ou representantes, mesmo no caso de culpa ou dolo.

DIREITO:

CIVIL

Nas questões 51 a 53, assinale a opção correta.

51- a) Na proteção que dispensa aos incapazes o direito brasileiro inclui o benefício de restituição.

b) Consideram-se imóveis os materiais separados de um prédio, mas que serão nele mesmo reutilizados.

c) O domicílio de eleição ajustado em contrato de adesão prevalece ainda que dificulte à parte aderente o acesso ao judiciário.

d) A emancipação decorrente do exercício de emprego público efetivo independe de o menor ter completado dezoito anos.

e) A hipoteca, no direito brasileiro, recai exclusivamente em bens imóveis por natureza.

- 52- a) Havendo erro quanto à pessoa o juiz, ao tomar conhecimento do negócio jurídico, pode pronunciar incidentalmente a sua invalidade.
 b) A exceção de contrato não cumprido é irrenunciável.
 c) A responsabilidade do proprietário na hipótese de queda, em lugar indevido, de coisas colocadas em sua casa, independe de culpa.
 d) No direito brasileiro, havendo comoriência, presume-se que o comoriente de maior idade precedeu ao de menor idade.
 e) No contrato de fiança o fiador sempre pode invocar o benefício de ordem.
- 53- a) Há propriedade resolúvel na venda a contento sob condição suspensiva e no fideicomisso.
 b) Os contratos de depósito e de seguro são consensuais.
 c) São direitos de vizinhança gratuitos o de passagem forçada e o de madeiramento.
 d) Em caso de incêndio do prédio locado a lei presume culpado o locatário, mas este pode eximir-se da responsabilidade provando que o evento decorreu da propagação de fogo originado em outro prédio.
 e) Não pode haver bem consumível que seja infungível.
- 54- A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo é:
 a) empresa pública
 b) pessoa jurídica de direito público interno de administração direta
 c) pessoa jurídica de direito privado
 d) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta
 e) sociedade de economia mista
- 55- A lâmpada de um lustre é um bem acessório que, unido ao principal, forma com ele um todo. Por isso, é desprovido de existência material própria, apesar de manter sua identidade. Assim sendo, a lâmpada de um lustre poderá ser considerada como:
 a) acessão natural
 b) benfeitoria
 c) parte integrante
 d) pertença
 e) acessão artificial
- 56- Se as raízes e ramos de uma árvore ultrapassarem a extrema do prédio, causando incômodo à propriedade vizinha, o dono da área invadida:
 a) poderá cortá-los, até o plano vertical divisório, sem que haja necessidade de reclamar previamente ou de avisar o dono da árvore, que irá apará-la.
 b) estará autorizado, de pleno direito, a arrancar a referida árvore.
 c) deverá dar aviso-prévio ao proprietário da árvore, que irá cortar os ramos que transpõem os limites de sua propriedade, e pagar uma indenização.
 d) só poderá cortar os ramos, mediante pagamento antecipado de uma indenização de perdas e danos.
 e) apenas poderá solicitar ao proprietário da árvore que tome as necessárias providências.
- 57- Assinale a opção falsa.

- a) Um dos direitos do credor pignoratício é o de exigir o reforço da garantia se a coisa empenhada se deteriorar ou perecer.
- b) Não há direito à excussão da coisa hipotecada ou empenhada.
- c) Anticrese é uma convenção, mediante a qual o credor, retendo um imóvel do devedor, percebe os frutos para conseguir a soma de dinheiro emprestada, imputando na dívida e até o seu resgate, as importâncias que for recebendo.
- d) Não poderá um outro credor promover, validamente, a venda judicial do imóvel, sem citar o credor hipotecário.
- e) O fiduciante tem direito de receber do fiduciário o saldo da venda da coisa alienada, efetivada por força do inadimplemento de sua obrigação.

58- A obrigação dos proprietários de imóveis confiantes de concorrer para as despesas de construção e conservação de tapumes divisórios, pode ser considerada como:

- a) obrigação *propter rem*
- b) ônus real
- c) obrigação de direito pessoal
- d) *jus in re*
- e) obrigação com eficácia real

59- O comitente tem o direito de

- a) requerer a medição das partes já concluídas, quando a obra se constitui por etapas, presumindo-se a seu favor a verificação de tudo o que foi pago.
- b) reter a obra para assegurar o recebimento do preço.
- c) denunciar ao dono da obra os defeitos e falhas dos materiais entregues para a obra, que possam comprometer a sua execução.
- d) ceder o contrato de empreitada, desde que não seja *intuitu personae*.
- e) pedir o pagamento de materiais que foram entregues ao empreiteiro e por ele inutilizados devido à sua imperícia.

60- Assinale a opção correta.

- a) O dano moral direto consiste na lesão a um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial.
- b) A indenização por morte de outrem não pode ser reclamada *jure proprio*.
- c) O dano patrimonial indireto é o que causa imediatamente um prejuízo no patrimônio da vítima.
- d) O dano moral indireto consiste na lesão a um interesse que visa a satisfação ou gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade ou nos atributos da pessoa.
- e) A hipoteca legal e o seguro obrigatório de responsabilidade civil constituem garantias de indenização.

PROCESSUAL CIVIL

Nas questões 61 a 65, assinale a opção correta.

- 61- a) A sociedade desprovida de personalidade jurídica não pode ser demandada em juízo.
- b) O exercício do direito à defesa oral, nas hipóteses em que está previsto em lei, não pode ser obstado pelo juiz em nenhuma hipótese.
- c) Em procedimento de jurisdição voluntária o requerente suporta o pagamento integral das despesas processuais.
- d) Ocorrendo a morte de qualquer das partes dar-se-á sempre a substituição pelo seu espólio ou pelos seus sucessores.
- e) O assistente é considerado gestor de negócios do assistido, se este for revel.

- 62- a) A qualificação jurídica dada pelo autor ao fato em que apóia sua pretensão integra a *causa petendi*.
 b) Na cumulação sucessiva eventual de pedidos, é irrelevante a vontade da parte na definição do resultado prático que se atingirá, porque na hipótese a determinação do resultado cabe exclusivamente ao órgão judicial.
 c) Na cumulação de pedidos, tanto na simples quanto na sucessiva, o valor da causa deve corresponder ao valor do maior pedido.
 d) O ato que indefere liminarmente a petição inicial tem a natureza jurídica de decisão interlocutória.
 e) Os incapazes podem ser partes e têm *legitimatío ad processum*.
- 63- a) Tornar litigioso o direito deduzido em juízo é um dos efeitos processuais da citação válida.
 b) É sempre ineficaz a confissão realizada verbalmente.
 c) O requisito do prequestionamento também se aplica à ação rescisória fundada em violação literal de disposição de lei.
 d) Os recursos interpostos nas causas de procedimento sumário devem ser julgados no Tribunal dentro de quarenta dias.
 e) Ao devedor por título executivo judicial não é lícito dar início ao processo de execução.
- 64- a) Assim como ocorre na execução de título extrajudicial regulada pelo Código de Processo Civil, na execução fiscal o executado tem o prazo de cinco dias para pagar ou garantir a execução.
 b) Na execução fiscal, o executado pode indicar à penhora bem imóvel de sua propriedade independentemente da concordância expressa do respectivo cônjuge.
 c) Na execução fiscal deve haver segundo leilão, se no primeiro não houver lance superior à avaliação.
 d) Não é necessária, na execução fiscal, a intimação pessoal do executado do dia e hora da realização do leilão.
- e) O produto da arrematação realizada em execução fiscal será entregue ao exeqüente, depois de deduzido o valor da comissão do leiloeiro.
- 65- a) A sentença, pendente de recurso, que condenou o vencido ao cumprimento de prestação que possa converter-se em dinheiro, equivale à prova literal da dívida líquida e certa para efeito de concessão de arresto.
 b) Estando a causa principal pendente de julgamento perante Tribunal, a competência será sempre deste para o processo e julgamento de eventual medida cautelar.
 c) Em ação que tenha como objeto o cumprimento de obrigação de fazer, não é cumulável a pena pecuniária cominada inicialmente pelo juiz com a indenização por perdas e danos, devida pelo prestador de serviço quando impossível a execução específica da obrigação ou a obtenção do resultado prático correspondente.
 d) O mandado de segurança impetrado contra ato praticado por órgão colegiado presidido por Ministro de Estado é da competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
 e) A sentença que julga a ação popular está sujeita ao reexame necessário, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal.

FUNCIONAMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

- 66- Quando um acionista exerce o seu direito de subscrição ele
- a) paga à companhia para receber títulos
 - b) recebe parte dos lucros da companhia em títulos
 - c) recebe dinheiro da companhia em troca de seus títulos
 - d) recebe parte dos lucros da companhia em dinheiro

- e) vende as ações de uma companhia
- 67- No chamado *after market*, pregão eletrônico da Bovespa, são negociadas:
- todas as ações do Ibovespa
 - somente as ações que tiveram negociação ao longo do dia no mercado normal
 - somente as dez ações mais negociadas na Bovespa
 - somente as ações que possuem opções de compra
 - somente as cinco ações de maior peso no Ibovespa
- 68- Assinale, entre as afirmações abaixo, a opção incorreta quanto ao funcionamento dos mercados futuros e a termo.
- Os contratos futuros são padronizados, somente os preços são negociados.
 - Os contratos a termo não são padronizados, praticamente tudo pode ser negociado.
 - Os contratos a termo são mais líquidos que os futuros.
 - A maioria dos contratos futuros é liquidada antes do vencimento.
 - Os mercados a termo não têm mercado para liquidação antecipada.
- 69- O exercício de uma posição de opção de Compra ou de Venda gera uma operação:
- a Termo
 - a Vista
 - a Futuro
 - opção de índice
 - proteção
- 70- Sobre o funcionamento do mercado de opções sobre ações, assinale a assertiva incorreta.
- Exercício de opções:** É a data de registro em pregão da conversão em ações, do direito de uma opção de compra.
 - Vencimento da opção:** É o dia em que se extingue o direito de uma opção.
 - Lançamento de opções:** Operação de Venda do direito que dá origem às opções de compra ou venda.
 - Opção coberta:** Quando a data de vencimento da opção coincide com o vencimento do índice de ações.
 - Séries de opções:** Opções do mesmo tipo, sobre a mesma ação-objeto, com o mesmo mês de vencimento e o mesmo preço de exercício.
- 71- A combinação das seguintes operações: compra de um lote de cem ações seguido de venda de um lote equivalente em opções de compra e compra de uma opção de venda com um mesmo preço de exercício é equivalente a:
- uma operação de renda fixa, com juros prefixados
 - uma operação de especulação pura
 - venda de um contrato padrão de índices futuros
 - compra de um contrato a termo
 - compra de um contrato padrão de índices futuros
- 72- Uma operação de *hedge* no mercado futuro consiste em travar um resultado futuro para uma posição do mercado a vista de um ativo. Indique, entre as afirmações abaixo, aquela que está incorreta no que diz respeito aos riscos e às dificuldades associados com o *hedging*.
- Determinação da quantidade de contratos necessários ao *hedge*.
 - Determinação se o melhor *hedge* é de compra ou de venda.
 - Determinação do mês de vencimento do *hedge* mais adequado.
 - Determinação da *commodity* cujo preço se correlaciona com o preço do ativo objeto do contrato futuro que se deseja *hedgear*.
 - Determinação do valor do prêmio do *hedge*.
- 73- O lançador de uma opção de compra, quando tem a sua posição exercida, torna-se um
- comprador a vista
 - comprador de uma opção de venda
 - vendedor a vista
 - vendedor de uma opção de venda
 - comprador a termo

74- Uma posição coberta no mercado de opções é aquela

- a) na qual o titular possui os títulos objeto depositados e bloqueados em custódia
- b) na qual o lançador possui os títulos objeto depositados e bloqueados em custódia
- c) na qual o titular possui garantias depositadas e bloqueadas em custódia
- d) na qual o lançador possui garantias depositadas e bloqueadas em custódia
- e) em que o titular compra os títulos objeto do lançamento

75- Entre as afirmações abaixo, sobre o funcionamento dos mercados futuros e de opções, assinale a incorreta.

- a) O valor teórico de uma opção de compra está diretamente relacionado com o preço a vista da ação objeto.
- b) O valor teórico de uma opção de venda está inversamente relacionado com o preço a vista da ação objeto.
- c) O valor de um índice futuro de ações no dia do vencimento é igual ao valor do índice a vista.
- d) Um contrato a termo é equivalente a um contrato futuro quando os prazos dos vencimentos são diferentes.
- e) O valor futuro de um índice de ações é equivalente ao preço base do índice acrescido da taxa de juros esperada para o período.

76- Entre os fatores abaixo, indique aquele que não afeta o preço de uma opção de compra e o de uma opção de venda.

- a) preço de mercado do ativo-objeto
- b) preço do exercício
- c) taxa de juros livre de risco
- d) volatilidade estimada do preço do ativo-objeto
- e) volatilidade do índice futuro de ações

77- Entre as afirmações abaixo, assinale a incorreta quanto ao funcionamento dos Mercados de Futuros, Opções e Swaps.

- a) Os contratos de Swaps podem ser negociados e registrados tanto nas Bolsas de Futuros como nos mercados de balcão.

- b) Os contratos de Swaps negociados nos mercados de balcão organizado não precisam de garantias nem contam garantia de liquidação.
- c) Os contratos de Swaps podem ser registrados nas Bolsas com ou sem garantias.
- d) Os contratos de futuros e de opções nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros são contratos padronizados e impessoais.
- e) Todos os contratos de Swaps registrados em Bolsas (com garantia ou sem garantia) têm sua liquidação assegurada.

78- Uma companhia cotada em bolsa de valores pagará um dividendo esse ano de R\$1,00 por ação. Há expectativa de uma taxa de crescimento estável para o lucro e o dividendo esperado dessa companhia para os próximos anos de 0,09 (9%), a taxa de retorno de um título de longo prazo sem risco é de 0,13 (13%) ao ano. Usando o modelo de precificação de Gordon, podemos afirmar que o valor para as ações dessa companhia, pela ótica dos investidores, será igual a:

- a) R\$ 27,25
- b) R\$ 30,00
- c) R\$ 25,00
- d) R\$ 35,00
- e) R\$ 40,00

79- As operações em bolsas de valores de compra seguida de uma venda (ou vice-versa) de um mesmo ativo (ação ou contrato futuro ou opção sobre uma ação), realizadas por intermédio de uma mesma corretora, em nome de um mesmo investidor, no mesmo dia (pregão) denomina-se operação:

- a) vinculada
- b) a termo
- c) casada
- d) de *day trade*
- e) travada

80- A ação de uma companhia que tem opções de compra e de venda negociadas na Bovespa teve a seguinte evolução nas cotações ao longo dos dias de uma semana:

Segunda-feira	- abertura R\$ 56,50 - fechamento R\$ 60,00;
Terça-feira	- abertura R\$ 65,00 - fechamento R\$ 60,00;
Quarta-feira	- abertura R\$ 55,00; - fechamento R\$ 50,00.

Podemos afirmar que na abertura de quinta-feira, mantidas a volatilidade e a taxa de juros sem risco constante,

- a) a opção de compra com preço de exercício mais próximo à cotação a vista teve uma valorização em sua cotação em relação à abertura de segunda-feira
- b) a opção de venda com preço de exercício mais próximo à cotação a vista teve uma desvalorização em sua cotação em relação à abertura de segunda-feira
- c) as opções tanto de compra como as de venda não oscilaram ao longo do período
- d) a opção de venda com preço de exercício mais próximo à cotação a vista teve uma valorização em sua cotação em relação à segunda-feira
- e) o índice futuro da bolsa apresentou valorização negativa no período

